



# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 26 de maio de 2026.

Edição 4655 | Páginas: 17

9ª LEGISLATURA | 4ª SESSÃO LEGISLATIVA | 70º PERÍODO LEGISLATIVO

### MESA DIRETORA

**JORGE EVERTON**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

**JORGE EVERTON**  
1º VICE-PRESIDENTE

**CHICO MOZART**  
2º VICE-PRESIDENTE

**EDER LOURINHO**  
3º VICE-PRESIDENTE

**RENATO SILVA**  
1º SECRETÁRIO

**AURELINA MEDEIROS**  
2ª SECRETÁRIA

**RÁRISON BARBOSA**  
3º SECRETÁRIO

**MARCINHO BELOTA**  
4º SECRETÁRIO

**ISAMAR JÚNIOR**  
OUVIDOR-GERAL

**Dr. CLÁUDIO CIRURGIÃO**  
CORREGEDOR GERAL

**JOILMA TEODORA**  
SECRETÁRIA ESPECIAL DA MULHER

### Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputado Dr. Claudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Isamar Júnior;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Rárison Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

#### II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Rogério Borges - Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Claudio Cirurgião.

#### III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Rogério Borges;
- e) Deputado Lucas Souza.

#### IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputado Dr. Meton.

#### V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputada Tayla Peres.

#### VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Claudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Marcinho Belota.

#### VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Renato Silva;
- g) Deputado Marcos Jorge.

#### VIII - Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Rogério Borges;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputado Armando Neto.

#### IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputada Catarina Guerra.

#### X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

#### XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Eder Lourinho.

#### XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Odilon.

#### XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputada Joilma Teodora – Vice-Presidente;
- c) Deputado Rárison Barbosa;
- d) Deputado Rogério Borges;
- e) Deputado Armando Neto.

#### XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Catarina Guerra.

#### XV - Comissão de Relações Internacionais, de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Idázio da Perfil.

#### XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Renato Silva;
- d) Deputado Rárison Barbosa;
- e) Deputada Angela Águida Portella.

#### XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e de Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

#### XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

#### XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Meton;
- d) Deputado Marcinho Belota;
- e) Deputado Lucas Souza.

#### XX - Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- d) Deputado Marcinho Belota;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputado Eder Lourinho – 1º Suplente;
- g) Deputado Gabriel Picanço – 2º Suplente.

#### XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águida Portella;
- d) Deputado Rogério Borges;
- e) Deputado Rárison Barbosa.

#### XXII - Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Odilon.

## SUMÁRIO

**Superintendência Legislativa**

- Atas da CPI - Ato da Presidência nº 003/2025 02

**Superintendência Financeira**

- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 2º Bimestre/2026 da ALE/RR 14

- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 2º Bimestre/2026 do FUNESPLE 15

**Superintendência de Gestão de Pessoas**

- Resoluções nº 6773 e 6774/2026 17

**Superintendência de Compras**

- Pregão Eletrônico nº 008/2026 - Aviso de Suspensão de Licitação "Sine Die" 17

## SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

## ATAS

**ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA NOS TERMOS DO ATO DA PRESIDÊNCIA N. 003/2025, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGE EVERTON**

Às quinze horas e treze minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores do município de Rorainópolis, deu-se a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Ato da Presidência n. 003/2025, nos termos do Requerimento n. 008/2025, com a finalidade de investigar denúncias sobre a existência de organização criminosa voltada à grilagem de terras públicas, rurais e urbanas no estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Boa tarde a todos. Solicito à secretária desta comissão que proceda à verificação de quórum regimental para abertura dos trabalhos.

A Senhora Secretária da Comissão **Josiane Daubermann** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta comissão.

Solicito à secretária desta comissão que proceda à leitura das 15ª e 16ª atas das reuniões anteriores a esta.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Senhor presidente, por já ser de conhecimento de todos os demais colegas, gostaria de pedir a supressão da leitura da ata.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Acato o pedido do deputado Neto Loureiro e coloco as atas em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-as em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovadas.

Gostaria de convidar o presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Marcinho, para que se sente aqui conosco, por favor, ao nosso lado. E, de antemão, em nome da Assembleia Legislativa, eu quero agradecer a disponibilidade de você colocarem esta Câmara à disposição para que possamos fazer esta reunião, que é um trabalho voltado para a sociedade. E, em nome de todos os deputados aqui presentes, nós os agradecemos.

Não há expediente para ser lido e a reunião de hoje é para a realização de oitiva de 12 testemunhas previamente intimadas, referentes a assuntos relevantes ao andamento das investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Essas pessoas vão ser ouvidas na qualidade de testemunha e elas já se encontram aqui na Câmara.

Solicito que a secretária da comissão conduza a esta sala a primeira testemunha.

Bom, já demos início à reunião. Encontra-se aqui, deputado Renato, o senhor Valmir Evaristo de Andrade, que será feito o depoimento dele referente à situação que está ocorrendo aqui no município. Então, de acordo com o combinado com o relator, eu irei fazer as perguntas e caso ele queira complementar, ele irá fazer.

Encontra-se nas dependências desta Casa, o intimado senhor Valmir Evaristo de Andrade, para prestar o seu depoimento. Neste momento, faremos a leitura da ficha de identificação do depoente. Informo à testemunha, que seu depoimento será registrado por meio de gravação de vídeo e áudio.

Senhor Valmir, por favor, me fale o seu nome completo e o seu CPF, e o restante dos dados ficarão arquivados para não expor o seu endereço, nem demais dados. Só o seu nome completo e o seu CPF.

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Boa tarde a todos. Valmir Evaristo de Andrade, CPF 261.821.304-15.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O senhor está acompanhado do seu advogado?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Sim.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Doutor, o senhor poderia se identificar e falar o número da sua OAB?

O Senhor **Eliabe Pereira** – Boa tarde, me chamo Eliabe de Souza Pereira, OAB PI 24337.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Do Piauí? É nordestino.

O Senhor **Eliabe Pereira** – Sim, recém-chegado.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Muito bem, seja bem-vindo a esta terra maravilhosa, chamada Roraima. Senhor Valmir, solicito que o senhor preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no que for perguntado.

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Sim.

## EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>Email: [docgeralale@gmail.com](mailto:docgeralale@gmail.com)

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

**Gerência de Documentação Administrativa**

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

**Núcleo de Produção do Diário Oficial**

## MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Administrativa, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Senhor Eliabe, eu sei que o senhor conhece da legislação, mas gostaríamos de lhe informar que você está acompanhando a testemunha para garantir os direitos constitucionais dele, mas o senhor não pode interferir em momento algum em nenhuma pergunta e nenhuma resposta dele. Caso o senhor sinta que está sendo ferido o direito constitucional dele, eu permito que o senhor converse com o seu cliente para que possa orientá-lo. Está ok?

Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Está ok.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Mas fiquem tranquilos, estamos aqui para tentar resolver um problema e a gente só quer a verdade, que a verdade venha aqui para a CPI.

Eu gostaria que o senhor pudesse fazer as colocações iniciais que trouxeram o senhor aqui. O senhor fica à vontade e depois eu faço as perguntas.

Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Mais uma vez, boa tarde a todos. O que nos levou a chegar ao ponto dessa CPI estar em Rorainópolis é porque nós representamos um projeto, desde 2017, chamado Rio Pretinho, através da Cooperativa Eco Agro Extrativista e Pastoril Rio Pretinho e procuramos, de várias formas, apoio das instituições. Chegamos até a presidência da CPI pedindo apoio para que nos ouvissem. Eu estive em Boa Vista, fui ouvido e tivemos a oportunidade de estar, estamos tendo a oportunidade de estar vivendo este momento.

Então, eu sou presidente da Cooperativa Eco Agro Extrativista e Pastoril Rio Pretinho e ali nós somos um projeto com o número de aproximadamente 30 pessoas, que se localiza na bacia do Rio Pretinho, com o propósito de produzir em sintonia com a preservação ambiental. Nós estamos ali desde 2017, nós fizemos a primeira infraestrutura de estradas ainda naquele mesmo ano. Antes disso, em setembro de 2017, nós subimos o Rio Pretinho para verificar se havia alguma posse existente e não havia. Naquela época eu ainda era servidor do Inkra e nós tínhamos as informações através da base cartográfica do Inkra, que não havia nada, nenhuma posse e nenhum documento naquela área.

Em 2018, nós protocolamos no Inkra as posses de cada um que gerou o processo no SEI, e que por isso nós estamos aqui. Em seguida, a gleba Pretinho foi transferida para o estado, no final de 2022, e a partir daí que nós nos organizamos para protocolar e formalizar o processo junto ao Iteraima, órgão de terras do estado.

No decorrer desse período, nós já abrimos 48 quilômetros de ramais de acesso e construímos, com recursos de todos, uma ponte de 60 metros que atravessa o Rio Pretinho. Então tudo foi soma de recursos de todos os cooperados. Não foi fácil, não tivemos nenhum recurso público ali, pelo menos até o momento. Depois que nós conseguimos a ponte e abrimos, depois da ponte, 5.500 metros, é que nós fomos surpreendidos pelo pessoal chamados “os milionários” que entraram e fizeram uma posse lá, ainda a partir de fevereiro, março de 2025, já este ano, e nos ameaçaram e fomos impedidos de continuar o nosso trabalho.

Por isso que nós pedimos socorro à CPI. Quero dizer ainda que o grau de dificuldade é muito grande, por exemplo, nessa época, o Rio Pretinho está praticamente impossibilitado de navegar. Então toda a concentração do nosso recurso foi para a estrada e as pessoas que tiveram acesso já estão fazendo suas benfeitorias, suas posses físicas. Mas o que nós precisamos é de que haja tranquilidade na região para poder a gente planejar o nosso futuro, o futuro de cada um para trabalhar.

Quero fazer uma observação de que as posses, as propriedades são individuais, cada pessoa física, CPF, vai regularizar junto ao órgão de terra. A cooperativa tem a função apenas de organizar. Ela tem CNPJ, tem até a inscrição estadual. Nosso sonho é ver, lá no futuro, essa cooperativa atuando e apoiando a todos os que compõem aquele projeto.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Feitas as considerações iniciais, eu passo a palavra para o relator, deputado Renato Silva, a fim de formular os questionamentos que achar necessário.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Senhor Valmir, quantos hectares possui o seu imóvel?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – O meu é 1.800 hectares.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tem mais outras pessoas que estão nessa mesma situação ou é só o senhor?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – De sobreposição?

O Senhor Relator **Renato Silva** – Sim.

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – São mais oito pessoas no nosso projeto.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O total do projeto?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não, o total do projeto são 25 propriedades.

O Senhor Relator **Renato Silva** – 25 propriedades, e esse milionário que o senhor falou, conhecido como milionário, ele invadiu todas as áreas?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Porque na projeção as nossas áreas, a maioria, é projetada de Leste-Oeste e a dele é de Norte-sul. Então, uma propriedade atingiu várias propriedades nossas. Uma projeção deles atingiu várias propriedades nossas. Por exemplo, o camarada que está sobrepondo a minha está sobrepondo a de várias pessoas do projeto Rio Pretinho.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Na sua área específica, o que tem de benfeitoria, de infraestrutura?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Na minha ainda não tem, porque ela fica a 12 quilômetros da ponte que nós fizemos.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então assim, você não tem casa, não tem plantação? Então a sua é mata fechada?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não, nessa ainda não. Cerrado. Capinarão.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E das outras pessoas que também foram impactadas com isso, elas têm alguma construção, alguma benfeitoria na área?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Tem.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor sabe detalhar?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Sei. A da Raíza, foi a base por muito tempo de todo o projeto. Inclusive o Iteraima esteve fazendo vistoria ontem, anteontem lá. Tem várias infraestruturas, tem casa, tem plantação de fruteiras.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor está lá há quanto tempo?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Nós entramos em 2017 e nós chegamos até a beira do Rio em 2018, de acesso com ramais abertos. Antes ia pelo Rio.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tá, então o senhor entrou lá em 2017, mas o senhor não construiu nenhuma benfeitoria?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Na minha? Na que está no meu nome, ainda não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor sabe, conhece os requisitos para poder regularizar uma área?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Conheço.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quais são os requisitos?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Os requisitos, pela exigência antiga do Inkra, era um ano e um dia de posse e procurar o órgão para se regularizar. Os requisitos via Iteraima, é você procurar regularizar o Iteraima declarando que existe uma posse ou uma intenção de posse. Só que, para poder eu fazer uma benfeitoria, eu teria que ter licença. E para tirar a licença, eu teria que ter documento.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor me disse que ele entrou este ano de 2025. Foi este ano que teve esse conflito de invasão, é isso?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Este ano eles fizeram algo e derrubaram a casa que estava nessa propriedade, que sobrepõe, que já não é a minha, de outra pessoa. E agora, ontem, os técnicos de Iteraima confirmaram que queimaram essa mesma casa.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E como é que ele proibiu a entrada de vocês? Como isso ocorreu?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Através de ameaça e nós fizemos boletim de ocorrência na Polícia Civil, por duas vezes. Ele falou que estava me esperando lá, em áudio e está tudo no boletim de ocorrência.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor tem portão, cerca, alguma coisa lá que venha a proibir a entrada de alguém? Na sua área?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não, no projeto tem uma guarita, desde quando foi fundado o projeto, e lá só é permitido entrar os cooperantes, os membros da cooperativa. Eles entram pelo Rio Pretinho.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Eles entraram e fizeram alguma cerca, alguma coisa?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Fizeram, do outro lado da ponte fizeram uma cerca com o portão e com a placa: proibido.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Para vocês não entrem? Para ninguém do projeto entrar?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Exatamente.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor solicitou alguma vistoria do Iteraima, alguma coisa para poder tentar regularizar essa situação?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Os próprios processos de regularização instruem o pedido de vistoria. Nós pedimos e por isso eles foram lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Eles foram lá, o Iteraima esteve lá?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Esteve lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quando?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Antes de ontem, ontem e hoje.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Estiveram lá agora, né? Então, quer dizer, o processo estava parado, ou o senhor pleiteou só agora?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não, é a instrução do processo que pede, né? Quando preenche os requisitos.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor tem como esclarecer para nós aqui, essas pessoas que dificultaram a vistoria, a entrada de vocês lá? Porque o senhor falou que se chama “Milionário”, mas é uma pessoa só ou é um grupo de pessoas?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não, Milionário é o sobrenome de um pai, de dois filhos, que nós sabemos, que é o Willian, o Renato e o Edson. O Milionário é o pai deles. Mas são mais pessoas.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O Willian e o Edson?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Willian é um, o Renato é outro, filho do Edson. Conhecemos como Willian Fernandes, todos eles têm o sobrenome Fernandes.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, o Milionário é o pai?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Todos são conhecidos como “Milionário”. O pai é o Edson, Edson Fernandes e dois filhos, chamados Willian Fernandes e Renato Fernandes.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor já relatou aqui que foi impedido por meio de ameaças. O senhor quer esclarecer mais isso? Qual foi o tipo de ameaça que o senhor teve? Como foram feitas as ameaças?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Nós estivemos lá quando eles fizeram o primeiro barraquinho e encontramos o pessoal serrando madeira e uma pessoa no barraco. Nós pedimos que eles se retirassem e até oferecemos carona para trazê-los de volta. Mas logo em seguida, o pessoal deles chegaram lá e eles vieram embora. Foi quando eles voltaram lá e mandaram áudio e vídeo dizendo que estavam esperando a gente lá, o Renato.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor tem esses áudios e esses vídeos?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Tenho, sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Ele apresentou alguma documentação ou alegou que tem documentos sobre essa área? Alguma autorização de ocupação? Alguma coisa do tipo?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não. Em 2020, eu tive conhecimento que o profissional credenciado, o credenciado Schumacher, havia feito um georreferenciamento virtual dessas mesmas 10 áreas e tinha oferecido a um cidadão recém-chegado do Paraná. Em seguida, o próprio Edson, o Milionário, teve comigo e me mostrou no mapa falando o que o Schumacher estava oferecendo. Eu falei que ele não comprasse porque estava dentro de um projeto de cerca de 30 pessoas. E eu entrei com o requerimento no Incra denunciando tanto o Schumacher, como o Renato e o Willian Fernandes.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tá bom. Presidente, sem mais perguntas.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Senhor Valmir, só para deixar claro, o senhor foi servidor do Incra e o senhor tem conhecimento que como não tem nada produzido na sua área, você não teria direito à titulação, mas a ocupação, para que a partir da autorização de ocupação você possa iniciar uma atividade e aí sim dar entrada no título. O senhor tem conhecimento disso?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Tenho conhecimento.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Esse conflito que está ocorrendo, o senhor está com a posse desde que data?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Que eu não recordo aqui, nós entramos na área em 2017 e nós fizemos a posse documental no Incra em 2018.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Documentado? O senhor tem como provar que é possuidor da área? Ocupa a área?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Eu e os demais, desde 2018.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O que é que vocês pretendem produzir lá?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Bom, como é uma área relativamente grande, nós pretendemos produzir o que é mais peculiar da região, que é a pecuária. E no futuro, quem sabe grãos, mas por ser uma área com muita dificuldade de acesso ainda, então pensamos em pecuária.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O rio secou totalmente?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não, ele diminuiu e está com dificuldade de navegação, porque é um rio muito lento, mas na concepção do projeto, quando nós demos a entrada no Incra, o nosso propósito é produzir em harmonia com o meio ambiente, por isso que nós

temos a guarita, que não é permitida a caça e nem a pesca predatória. Não porque nós já somos donos da área, mas de comum acordo de todos, para depois nós explorarmos o ecoturismo, como a pesca esportiva e aquela questão de fotos noturnas, em que as pessoas têm acesso aos animais silvestres sem problema nenhum.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Certo, que é um tipo de produção permitida pela lei, certo?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Sim, inclusive o nome da cooperativa é Cooperativa Eco Agro Extrativista e Pastoral. Extrair o que tiver da natureza sem danificar, para benefício do grupo.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Ok. Deputado Armando Neto, com a palavra.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade, senhor presidente. Cumprimento meus colegas, todos aqui presentes. Só para retificar algumas perguntas aqui do deputado Renato, que me gerou dúvidas.

Senhor Valmir, você falou que lá o Rio Pretinho, que é o Rio de acesso de vocês, o projeto é Rio Pretinho, é isso?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – É, a bacia do Rio Pretinho, as duas margens.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – 48 Km de ramal, feito pela própria cooperativa, por vocês, não foi?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Isso.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – E lá são 25 propriedades, não é isso?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Isso.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Quantos cooperados têm nessa cooperativa?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Nós temos cerca de 28 a 30.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Mas só 25 têm propriedade?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – As propriedades, exatamente, porque tem a questão de ter mais cooperado do que propriedade, por um simples fato: para regularizar uma área, é muito caro, aí tem famílias que preferiram que documentassem em nome de um, para diminuir a burocracia. Duas, três pessoas estão dentro de uma área, regularizando em nome de uma só.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Família?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Isso.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – E qual o tamanho dessas áreas, no nome desse projeto?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Varia de 400, só tem uma de 400, 500, até 2.500 hectares.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Até 2.500 hectares? São distintas, não são todos iguais, não?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Então todos estão na mesma situação sua, eles não têm documento, não têm posse na realidade, não têm benfeitoria. É isso?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não, a minha não tem ainda, mas várias têm. Inclusive foi feita uma vistoria agora lá.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – As que têm são as que os ramais já passaram na frente?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Isso.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Onde parou a ponte para a frente que ainda é uma mata fechada?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Eu queria fazer uma observação, não justificando, mas nós tivemos um período de três anos sem verão lá, na região da linha do Equador, e dificultou e atrasou muito o fato de nós não termos mais benfeitorias. Esse verão promete, então o maior grau de dificuldade foi chegar com o ramal até o rio e atravessar o rio, fazer uma ponte, que nós não conseguimos fazer a cabeceira do outro lado porque fomos impedidos por conta de ameaça.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Você falou: 48 quilômetros de ramal, chegou lá, fizeram a ponte, e aí lá tem a continuidade do projeto, confere?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Confere, tem mais 5.600 metros depois da ponte.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Isso, aí esse rio pretinho foi o que deu acesso para esses “milionários” que você fala, entrarem lá na fundiária que você era no projeto, não é isso?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – No meio do projeto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – E você sabe me informar se esses “milionários” que você fala, eles têm benfeitoria a não ser a cerca, a placa, que o deputado Renato perguntou?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Ele tem uma casa que inclusive usou a madeira que derrubou nossa.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Só uma casa?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Duas, uma pertinho da outra.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – E qual é o tamanho da área pretendida? O senhor sabe dizer por eles?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Treze mil hectares.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Treze mil fracionadas em nomes diferentes?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Isso.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Treze mil, aproximadamente? Com uma propriedade só? Uma sede só?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Não, com um grupo. Uma sede só?

O Senhor Deputado **Armando Neto** – E você sabe me dizer se o William, ele é filho do senhor “milionário”, é isso?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Sim.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Você sabe informar se ele é corretor de imóveis?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Sei.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – É?

O Senhor **Valmir Evaristo de Andrade** – Sim.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Tá bom. Só isso, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Pergunto ao relator se tem mais algum questionamento.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Eu não, presidente. Satisfeito.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não havendo mais questionamentos, eu solicito o senhor **Valmir** que aguarde um momento enquanto nossa assessoria prepara o documento para atestar o seu depoimento, o senhor assina e em seguida está liberado. Tá bom? Muito obrigado.

Solicito à secretária da comissão que acompanhe o senhor **Nercima Souza Oliveira** para tomarmos o seu depoimento. O senhor fala seu nome completo e seu CPF, por favor.

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – **Nercima Souza Oliveira**. CPF 036.997.341-02.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Informo a testemunha que o seu depoimento será registrado através de gravação de vídeo e áudio. Solicito a testemunha que preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no que for perguntado.

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Combinado.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Passo a palavra para que o senhor possa fazer as considerações iniciais referente ao que lhe trouxe aqui.

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Então, estamos em um projeto, o projeto Rio Pretinho, ali do senhor **Valmir** e diante dos acontecimentos, acho que já está bem adiantado né? Estamos, como se diz, sofrendo represália de uma parte invasora das propriedades. Buscamos regularizar, os homens danificam, buscamos entendimento, não há. Então, trouxemos para a CPI relatar o que está acontecendo e buscar resolver.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Passo a palavra para o relator, Relator **Renato Silva**.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Senhor **Nercima**. A sua área está nesse mesmo projeto, né?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Mesmo projeto.

O Senhor Relator **Renato Silva** – É o Rio Pretinho?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Rio Pretinho.

O Senhor Reator **Renato Silva** – Qual o tamanho da sua área?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – 2.418 hectares.

O Senhor Reator **Renato Silva** – 2.418 hectares?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Isso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Qual foi o período em que o senhor entrou nessa área?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Conheci esse projeto em meados de julho de 2018. Foi a primeira vez que vim a Roraima. Daí, então, retornei para o Mato Grosso, que é onde eu moro, e retornei em 2019. Foi daí, então, que passei a fazer parte do projeto. Fiquei indo e vindo. Agora, em 2022, foi que fiquei aqui e assumi a parte técnica do projeto. Mas estou lá trabalhando, mesmo, movimentando lá desde 2019.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor construiu alguma coisa? Tem alguma benfeitoria na sua área? O senhor planta alguma coisa? Produz alguma coisa lá?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Ainda não. O acesso lá é muito ruim e tivemos um período longo de inverno, e ficamos sem acesso. Construção foi feita, mas foi derrubada. Temos o relatório de foto, tem tudo.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor tem alguma documentação de algum órgão, do Inkra, do Iteraima, o autorizando a entrar nessa terra, alguma coisa?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Então, a cooperativa tem os processos que foram elaborados em 2017 e protocolo de 2018. Eu tenho a cadeia processual de lá para cá, até a mim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Pois é, porque assim, o senhor sabe que tem um marco temporal, né?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Sim, sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tem que respeitar o marco temporal de 2017. Isso. Tinha que ter uma cultura efetiva. Tinha que produzir alguma coisa na área. Teve uma benfeitoria. O que estou vendo aqui é que vocês também não têm nenhum requisito que proteja vocês para que possam documentar essa área. Para titular, né? Os outros vizinhos seus estão passando por esse mesmo problema?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Mesmo processo.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E algum vizinho seu alguma produção, alguma benfeitoria na área? Ou todos são assim e não têm nenhuma benfeitoria?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – O Daniel, que é o vizinho da direita, tem. Ele tem a benfeitoria, tem a casa também, só que foram todas derrubadas. Tinha plantação.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Derrubadas por quem? Quem são os invasores?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Tem a lista de sobreposições que lá cita todos eles. Não sei detalhar por nomes aqui agora porque não trouxe a lista, mas tenho a lista.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor já ouviu falar na família Milionário? É eles que estão invadindo?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – São eles mesmos.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Eles apresentaram alguma documentação para o senhor? Fizeram alguma ameaça para o senhor? Algum contato de alguma forma com o senhor?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Comigo diretamente não. Com o presidente da cooperativa, sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quem é o presidente da cooperativa?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – O senhor **Valmir**.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Que falou com ele agora há pouco, né? Isso. O Iteraima, vocês solicitaram algum tipo de vistoria do Iteraima? Eles estiveram lá na área de vocês em algum momento?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Sim, tivemos o processo. Está tendo a vistoria lá. Inclusive, ela está concluindo hoje. Eu estava lá participando da vistoria. Vim para cá para participar desta assembleia. E acompanhei toda a vistoria lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Está, aí como é que foi? O Iteraima foi junto com vocês fazer a vistoria de ontem, anteontem, ontem e hoje?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Foram segunda.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Foram segunda. É, anteontem, segunda, terça e quarta. E quando o Iteraima foi com vocês fazer a vistoria, essa família que supostamente está invadindo a área de vocês estava presente?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Chegou lá ontem à tarde, lá pelas quatro horas da tarde. Não, não tivemos conflito, não. Eles foram lá para a área deles e a gente estava concluindo a nossa na margem do Rio e retornamos.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas na hora que o Iteraima estava lá, eles não foram dizer que a área de vocês é deles?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Foi, foi.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Aí, o que o Iteraima fez?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Não, ele só confrontou o presidente lá, que estava respondendo pela CPI lá, que é o seu... A CPI não estava lá. Não, CPI não, desculpa. Do Iteraima, do Iteraima, o... o seu Carlos. Ele só o confrontou, falou que eles não podiam fazer essa vistoria, que a CPI não tinha mandado eles fazer essa vistoria e aí confrontou ele lá. Eu mesmo, pessoalmente, não fui confrontado, só falou com o seu Carlos lá e conversaram lá entre eles. E aí falou que era para fazer a vistoria deles primeiro.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Vocês tiveram que pedir apoio policial?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Na verdade, uma das caminhonetes lá, estavam duas equipes. Uma da vistoria solicitou para os diretores dela, porque ele filmou...

O Senhor Relator **Renato Silva** – Por que solicitou a Polícia Militar? Porque se tinha algum tipo de risco... chegou a ter algum conflito?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Não, ele chegou meticuloso e filmando a moça lá que estava fazendo a vistoria. Aí ela se sentiu ofendida e pediu.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Presidente, é o mesmo fato. Por aqui encerro minhas perguntas.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Passo a palavra para o deputado Armando Neto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Presidente, deixe-me só fazer uma pergunta aqui. Quando... o senhor falou em vistoria desses três dias, certo? Certo. Seu Nercimar, né? Sabe informar se a vistoria feita pelo Iteraima, nesses últimos três dias, foi em todos os lotes, vamos dizer assim, ou só foi nessa propriedade que tem benfeitoria?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Então, pelo curto período para fazer a vistoria, não foi em todos os lotes. Mas eles vão retornar para concluir.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – E esses outros, pessoal do Milionário, vamos dizer assim, estão presentes também acompanhando essa vistoria ou não? E esses lotes que o senhor falou que tem 2.418 hectares, não é isso?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Isso.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Mas também não tem benfeitoria. E eles vão vistoriar o quê?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Na verdade, não tem vistoria. Tinha a construção, mas foi destruída.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Ah, o senhor tinha benfeitoria. Tinha benfeitoria, tinha poço, tinha cerca, casa, mas derrubaram.

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Isso. Derrubaram e agora calaram o fogo.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Entendeu? Mas tem que falar. Aí o que acontece? Eles vão na sua propriedade fazer a vistoria também. O senhor solicitou?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Solicitei. Nas próximas diligências. Porque agora eles foram nas que têm mais acesso. A minha é mais de difícil acesso. Aí eles tentaram concluir para trazer para a CPI. Mas como não conseguiram, tivemos dificuldade de transporte, que lá o barco quebrou. Dificuldade do dia a dia. E aí eles ficaram lá terminando hoje e eu vim embora. Mas eles vão continuar fazendo e até concluir todas. Mas leva um período, porque o acesso lá é meio complicado.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – 2.418 hectares há sete anos. Era para ter já um pouco de benfeitoria.

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Era para ter, mas a outra parte não deixa a gente construir, né? Você constrói e destrói, destrói e destrói. Não tem como.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Sem mais perguntas. Senhor Presidente, o que vejo aqui é a ausência do estado. A ausência do estado. Vemos que, de um lado, tem uma cooperativa tentando organizar seu assentamento. Do outro lado, tem outra parte dizendo que é dona de 3 mil hectares e o estado é ausente. Então, sempre tenho batido na tecla que este estado tinha que dar o primeiro passo e fazer pelo menos o primeiro assentamento estadual que nunca foi feito neste estado. Então, isso deixa brecha, margem para acontecer esses imprevistos. Mas estamos aqui para fazer a nossa parte da vida da CPI com o Parlamento.

Obrigado! Sem mais perguntas.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Antes de passar a palavra para o deputado Neto Loureiro, eu gostaria de informar aos membros da CPI que após esse fato que foi narrado com a inspeção do Iteraima, que iria ser feita e eles se sentiram ameaçados, o presidente do Iteraima enviou um documento ao comandante-geral da PM solicitando apoio militar para fazer as vistorias. Foi feito isso. E elas serão feitas com o apoio da PM. Com a palavra o deputado Neto Loureiro.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Boa tarde, senhor Nercima. Boa tarde a todos os presentes. Só para tirar uma dúvida, senhor Nercima, não entendi. O senhor conheceu Roraima em 2018, é isso?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Foi 2018.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Mas o senhor veio para conhecer ou veio exatamente para vir para essa região do Rio Pretinho?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Não, eu vim a trabalho. Sou engenheiro já há um bom tempo e eu tenho um cliente no Mato Grosso que tem umas propriedades no Baixo Jauperi. E vim prestar serviço para ele. Aí conheci, gostei da região e passei a frequentar com mais frequência.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Aí em 2018 o senhor encontrou aqui na região do Rio Pretinho? Aí para tirar uma outra dúvida, aí o senhor tomou posse, vamos dizer assim, nessa terra em 2018 ainda? E aí voltou para o Mato Grosso?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – É, eu fui lá só para buscar umas poucas coisas.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Então em 2019 o senhor voltou para cá?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Foi.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Então desde 2019 o senhor está aqui em Roraima?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – É, eu vim e volto, porque eu tenho propriedade no Mato Grosso e aí eu vim e voltava.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Entendi. E essa sua área de 2.400 hectares que o presidente anteriormente estava falando, o senhor Valmir, que tem algumas famílias que estão titularizando em um nome porque é mais fácil de documentar e depois vai ter o fracionamento. Essa área de 2.400 é só sua ou é de várias pessoas que o senhor vai tirar do seu nome para depois dividir?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Só minha, de minha propriedade.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Uns 2.400 hectares?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – 2.400 hectares.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Mas o senhor nunca... Essa casa que o senhor disse que foi derrubada, foi o senhor que construiu?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Foi.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Em que ano?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Foi em 2019, quando retornei.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Mas o senhor construiu e foi derrubado em que ano?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Foi agora, três, quatro meses atrás. Quando foi feita uma outra vistoria. Fizemos uma vistoria por nossa conta.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Então de 2019 até 2024, 25 aliás, essa casa estava lá?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Estava.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – E o senhor morava não, mora aqui na cidade? E foi derrubada agora, o senhor fez boletim de ocorrência e tudo?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Não fizemos o boletim de ocorrência, fizemos um boletim de ocorrência em geral de todas as casas que foram derrubadas, todos os acontecimentos narramos para a polícia.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – E qual é a sua ideia desses 2.400 hectares? É fazer o quê? Plantação? Agricultura? Pecuária?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Pecuária.

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Entendi. Está bom, senhor Nercima. Obrigado. Somente isso, presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Me tira uma dúvida. Estou com o mesmo questionamento do deputado Neto. O senhor falou que é 2.400 seu. Mas eu observei que o senhor falou que presta serviço para a cooperativa. Teria sido delimitada essa área em compensação aos seus trabalhos? Seria isso?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Não, não. Quando assumi, já tinha um anterior a mim, que era o... não lembro de cabeça agora. Vanderlei. Aí eu fiz o marco... Como é que fala?

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Cadeia dominial.

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Cadeia dominial de lá para cá.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Então, existe cadeia dominial? Então, já existia antes do senhor uma ocupação da terra? De que ano?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Ele está de 2017, quando abriu os protocolos do Inera, que é aquele que está no sistema.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O senhor tem mais alguma... Não. O relator tem alguma pergunta mais? O deputado Neto? O deputado Armando tem alguma pergunta? Tem. O Relator Renato Silva?

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor Nercima, aí o senhor comprou essa área dele? Como é que foi isso?

O Senhor **Nercima Souza Oliveira** – Não, ele tinha dificuldade de trabalhar na área. E aí eu tinha interesse na área. E aí ele pediu desistência da cooperativa. E eu entrei no lugar. E aí eu assumi a parte técnica da cooperativa também, que eu sou agrimensor.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Ah, tá. Tá bom. Só isso.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O deputado Armando, mais alguma pergunta?

Não havendo mais quem queira fazer questionamento, encerro a oitiva e solicito que o senhor aguarde para assinar a documentação e depois o senhor estará liberado. Enquanto isso, solicito à secretária da comissão, que traga até aqui a senhora Rahiza Nattura Andrade Nogueira, para tomarmos o seu depoimento.

Boa tarde, senhora, Rahiza Nattura Andrade Nogueira. Boa tarde. Fale seu nome completo, por favor, e o seu CPF.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Rahza Nattura Andrade Nogueira, CPF 865.863.192-34.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Informo que o seu depoimento será registrado através de gravação de vídeo e áudio. Solicito que a senhora preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no que for perguntado.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Sim.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – A senhora gostaria de fazer alguma introdução ou posso passar direto para que o relator faça as perguntas?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Pode passar direto.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Então, com a palavra o Relator Renato Silva.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Rahiza, boa tarde. Você pode me explicar qual é a localização da sua área, a gleba?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – É a Gleba, Rio Pretinho.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Rio Pretinho. Você faz parte desse projeto no Rio Pretinho?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Isso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Onde fica essa região do Rio Pretinho?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – No quilômetro, acho que é 95. Tem uma entrada, fica a 23 quilômetros dessa entrada, no caso, a minha área. Tem uma cooperativa a três quilômetros do início. A guarita da cooperativa, no caso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Da cooperativa que você faz parte?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Isso, da cooperativa que eu faço parte. Minha área fica a 23 quilômetros da guarita até chegar na minha área.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Qual o tamanho da sua área?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Dois mil hectares, aproximadamente. Acho que não passa mais do que isso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Dois mil hectares? Você tem alguma construção, alguma benfeitoria, alguma produção? Você trabalha na terra?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Na minha área lá tem uma casa, na verdade, um barracão de nove metros com instalação, caixa-d'água, bomba, temos banheiro, plantação, no caso, agricultura ali, abacaxi, caju, até por ser uma área de difícil acesso. Na verdade, como até a minha área ali já tem uma estrada, porém, no inverno fica meio que impossibilitado de chegar até lá. E tivemos aí um bom tempo de inverno, mais ou menos de dois anos a três anos. Tinha uma certa dificuldade. Mas o que eu conseguia fazer, quando tinha acesso, foi feito isso. Já não fiz a introdução, mas já falando, na verdade, pela cooperativa estamos ali desde 2017. Então, foi quando começou. E aí fizemos... No caso, o grupo é muito unido, sempre nos reunimos e de início, o investimento maior foi em formar a cooperativa, para termos justamente respaldos em relação a isso. Questão de documentação. Então, o que foi feito lá na minha área hoje é isso. Temos uma casa, banheiro, algumas plantações e somente isso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tem plantação nessa área? De quê?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Abacaxi. Mas pouquíssimas, não é produção grande. Foi o que conseguimos fazer.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Rahiza, vou te fazer uma pergunta pessoal. Você tem condição de produzir em uma área de 2.500 hectares? Porque 2.500 hectares é uma área bastante grande. Não, falei 2.000 hectares.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Hoje, não. Mas o investimento ali não é para hoje, é futuramente, é pensando futuramente. Até porque, hoje, se fosse fazer plantações, não tem estrutura para escoar. Estrada...

O Senhor Relator **Renato Silva** – Eu te entendo, mas veja bem o meu raciocínio, porque eu te fiz essa pergunta. Para você tentar adquirir uma área do estado, você tem que preencher alguns requisitos. Sim. E um deles é você ter cultura efetiva, ter produção, produzir na terra, ter propriedade. E você, esses anos todos, não construiu essa propriedade. Você não criou nenhum tipo de produção na área para viver daquilo ali. Então, estou dizendo para você, porque estamos aqui solucionando esse problema.

Mas veja bem, se você não preenche esses requisitos, como é que vou pleitear uma área de 2.500 hectares para quem não tem a condição de produzir 2.500 hectares? O que se encaixaria, que estou vendo aqui, é na agricultura familiar. Poderíamos trabalhar com vocês, hoje, para

tentar preencher os requisitos, essas áreas, botar como interesse do estado, entendeu? E, depois, trabalhar, ver os módulos fiscais aqui, que é de Rorainópolis, e dar o permitido para agricultura familiar, que é até quatro módulos fiscais. Então, assim, porque eu vi aqui, o seu anterior aqui, a você, foi o senhor Nercima. O Nercima tem uma área de 2.400 hectares. Também nunca produziu nada e não tem nenhuma propriedade construída. Entendeu? Então, assim, vemos que vocês não têm a... Porque é muita área. 2.000 hectares de terra é uma área muito grande. Então, vamos ter que buscar uma solução para ajudar vocês, da cooperativa, mas que entre... não podemos fugir da lei. Você entende? Eu não posso... A família que está invadindo a área de vocês está errada também, mas, pelo que vocês estão me apresentando aqui também, vocês também não estão muito certos, sendo bem realista. Então, vamos ter que buscar uma forma de ajudar vocês que os enquadre dentro da lei. Certo. Entende? Deixe-me te perguntar uma outra coisa.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Eu posso... Só rapidinho?

O Senhor Relator **Renato Silva** – Pode falar.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Quando verificar essa questão de porque não da produção, por que não, por que a área ser grande, é a questão que tivemos problema desde o início, foi do acesso. É uma área de difícil acesso. Muito difícil. Então, tudo começou ali pelo grupo, para nós chegarmos até onde tem estrada hoje, paramos tudo, a cooperativa parou tudo para investir até a fazer os acessos. Se não tem acesso, não tem como investir em produção grande. Enfim. Então, a nossa maior dificuldade é a questão dos acessos. O senhor vai ver que tem área lá que ainda não tem acesso nenhum.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E hoje, pode me explicar o problema do conflito que está acontecendo na sua área? Estão tentando invadir sua área? Você sabe as pessoas que estão tentando invadir? Você sofreu algum tipo de ameaça? Você pode relatar isso para a gente?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Sim. Na verdade, não sei te detalhar as pessoas, mas o que me procurou foi o senhor Edson.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Edson Milionário? Conhecido como Milionário.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Isso. Mas para falar que aquela área estava documentada, que ele tinha dado entrada, enfim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Ele lhe mostrou os documentos?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não. Não mostrou. Só falou mesmo.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas ele fez alguma ameaça para a senhora? De alguma forma?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não. Só disse que tinha dono.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Proibiu sua entrada? Alguma coisa?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não. Não proibiu.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, só tem acesso normal ainda na sua área?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Sim. Normal. Até porque temos a guarita lá, né? Então, a cooperativa mantém essa guarita.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, hoje todos vocês têm acesso normal na área?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Sim. Temos.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Porque o senhor Nercima, agora há pouco, no depoimento dele, ele disse que estavam proibindo a entrada de vocês na área, que ele tinha feito uma cerca na ponte e vocês não estavam tendo acesso à área de vocês.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Eu não acessei a área depois disso tudo, dessa confusão. Não sei como está para chegar na minha área. Não sei. Porque eles foram lá também, né? Os invasores.

O Senhor Relator **Renato Silva** – A senhora tem medo deles?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Tenho, sim. Por já ouvir ameaças deles para outras pessoas. Então, ficamos sabendo que eles foram lá, que é onde tinha algumas casas construídas, eles desmontaram, já tacaram até fogo.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Uma outra pergunta para a senhora. A senhora é casada?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Sou divorciada.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, a senhora cuida da área sozinha?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – É. Eu sou divorciada há pouco tempo.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tá. Uma outra pergunta para a senhora. Se teve alguma vistoria, ou se a senhora solicitou alguma vistoria do Iteraima para analisar a área de vocês, a sua área?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Olha, eu creio... Porque assim, como temos a cooperativa, nós temos o engenheiro-agrônomo, temos o advogado, e essa parte ficou para eles resolverem, né? Em questão de dar entrada, não vou ter certeza, mas eu creio que sim, que foi feito.

O Senhor Relator **Renato Silva** – É, porque, olha só, dona Rhaiza, o Iteraima, todos os depoentes até agora, o senhor Valmir, o senhor Nercima, disse que o Iteraima está lá desde segunda-feira fazendo a vistoria.

O Senhor Relator **Renato Silva** – A senhora acabou de dizer que não sabe.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não, eu sei que eles estão lá. Agora, o senhor perguntou se eu fiz, estou lhe falando que através do advogado da cooperativa foi que foi solicitada.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Essa vistoria, a senhora não foi acompanhar a sua área junto com a vistoria?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não. Estou aqui.

O Senhor Relator **Renato Silva** – A senhora acha que era importante? Não, mas estão desde segunda lá. Não era importante a senhora estar lá?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não, mas foram outros cooperativados e o engenheiro também foi.

O Senhor Relator **Renato Silva** – A senhora tem uma real noção de quanto vale hoje 2 mil hectares de terra?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Ali... Não... Não sei lhe dizer.

O Senhor Relator **Renato Silva** – A senhora já trabalhou ou produziu em algum momento da sua vida, em outro momento da sua vida, ou hoje ainda, em alguma outra área? A senhora produziu alguma coisa?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Aqui mesmo, em Rorainópolis. Eu moro numa chácara pequena, mas é poucas melancias, criação de galinha, pouca coisa.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas a senhora produz para revenda, para vender, para... Ou a senhora produz para o seu consumo?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não, já produzimos, mas não agora. Já produzimos antes, muitos anos atrás.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então hoje a sua renda, a sua profissão, se a senhora fosse denominar uma profissão para a senhora, qual seria?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Eu sou pedagoga.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Pedagoga, a senhora é professora?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** - Sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Está bom. Presidente, por mim está encerrado as perguntas. Satisfeito.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Muito obrigado, deputado Renato. Cedo a fala para o deputado Neto Loureiro.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Boa tarde, dona Rahiza. Só para tirar uma dúvida: a senhora disse agora que é professora. Como é que a senhora teve conhecimento dessa área lá no Rio Pretinho?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – No ano de 2000, acho que foi 2017, foi através do meu pai também

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Ele também tem área lá?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Tem.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Qual é o nome do seu pai?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – É o Valmir.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – A senhora é filha do Valmir, que é o presidente da associação?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Isso, da cooperativa.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – E aí ele lhe chamou para ir lá conhecer a área?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Isso. Na verdade, quando eles já começaram, né? Um grupo, começaram a conversar sobre a cooperativa.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Da sua família, além do seu pai e da senhora, tem mais alguém?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Tem o meu irmão.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Como é o nome do seu irmão?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Vinicius.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Ele está aí para ser ouvido também?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** - Sim, também.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Vinicius tem quantos hectares lá?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Ah, deve ser nessa faixa, não vou lhe saber exato, mas deve ser a partir de mil hectares.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Então, lá no caso, no Rio Pretinho, o seu pai tem 1.800 hectares, a senhora tem 2.000 hectares e o seu irmão também tem mais uma área dessa, né? E nenhum de vocês produz nada lá?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Até onde tem acesso. Eu não vou saber lhe dizer da área do meu irmão se já tem o acesso, né? Que chegue até lá, mas eu creio que sim. Mas até a minha área tem. E a produção é essa, pouca, mas é pouco isso, pouco.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – E qual é a frequência que a senhora vai lá? Você já foi lá esse ano?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Esse ano já fui até a guarita, não fui até lá. Transporte não dava para chegar até lá.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Entendi. Está bom, dona Rahiza, obrigado.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Vou fazer alguns questionamentos para ajudar aqui na fala dos colegas. São 2.000 hectares, sua, né, dona Rhaiza?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Isso.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Qual foi o modelo, a forma que a senhora conseguiu essa propriedade? Foi através de compra, de doação?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Foi através, na verdade, da cooperativa. Foi através dos processos, na verdade, que foram criados. Lembro que nós fizemos as reuniões da cooperativa. Na verdade, ali foi feito todo um projeto para a área da cooperativa Rio Pretinho. E eu lembro que foi dada a entrada nos órgãos competentes, né, como a cooperativa na época.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Vocês criaram a cooperativa e depois foram na área e fracionaram com os sócios e cuidaram disso?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Na verdade, nós, a área foi visitada, no caso né, a partir de 2017. E aí, depois disso, foram conversando várias pessoas. E aí foi dando início à conversa sobre a cooperativa. Que aí foi quando foi vista essa opção de fazer o projeto, para ver o que seria investido, se poderia ou não. E aí foi dada toda a entrada nos órgãos competentes, através do advogado da cooperativa, do engenheiro. Foi feita a topografia, eu lembro o que foi, fomos chamados, a equipe.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Como é o seu nome? O seu nome, senhor?

O Senhor **Dorval** – Eu? É Dorval.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Se o senhor Dorval se cooperativar na cooperativa de vocês hoje, ele consegue uma área de 2 mil hectares do tamanho da sua, hoje, na cooperativa?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Eu não vou saber lhe responder, aí tem que ser com... no escritório lá da cooperativa.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Você trabalha em outro lugar ou só na agricultura?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não, trabalho...

O Senhor Presidente **Armando Neto** – A senhora é concursada?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não, não. Sou presidente de uma associação também aqui, mas de pessoas com deficiência.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Mas é professora do Estado, do município, particular?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não, não, particular, professora de reforço.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Está bom, então, é para completar aqui a pergunta do deputado Neto Loureiro, quer dizer que a senhora tem 2 mil hectares, seu pai tem 2 mil e uma frações, não é isso? 1.800, e seu irmão tem área lá também? Tem mais alguém da família que tem área lá?

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Não, não.

O Senhor Presidente **Armando Neto** – Concedo a palavra ao Relator Renato Silva.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Obrigado, deputado Armando. Rahiza, esse caso que você mencionou aqui agora, se chama fracionamento. Primeiro ponto, vocês não têm, não respeitam, não se enquadram no

critério do marco temporal. Segundo ponto, vocês não têm cultura efetiva na propriedade. Terceiro ponto, você não é produtora ou faz algum tipo dessa arte, sua profissão é professora. Quarto ponto, e o mais grave aí da sua situação, vocês fracionaram, colocaram no seu nome, no nome do pai e no nome do seu irmão, isso se chama fracionamento de terras. O que é fracionamento de terras? Você só pode regularizar até 2 mil e 500 hectares por CPF. Para burlar a lei, você coloca em nome de familiares ou associados. Para burlar a lei. E esse caso seu é claro mesmo que é um tipo de fracionamento. E isso é crime. É crime, porque isso é uma forma de burlar a lei para regularizar uma terra que ele não poderia regularizar toda no nome dele.

Então, deputado Jorge, olha só. A Rahiza, a profissão dela é professora. A Rahiza não produz, não trabalha em nenhum ramo de produção, nem de frutas e outras coisas. E faz muito tempo que ela não vai na propriedade. A propriedade foi dividida para o pai dela, para ela e para o irmão dela. Cada um tem mais de 2 mil hectares da área. Caracteriza fracionamento nítido nisso aí. Então, Raíssa, está ficando cada vez mais difícil ajudar vocês. Muito difícil. Porque, realmente, o que está invadindo a terra de vocês, a suposta terra de vocês, pelo que estou vendo aqui, o estado tem que pegar essa terra para ele e ver uma forma de fazer uma reforma agrária, um assentamento de agricultura familiar. É a única forma de ajudar vocês. Porque vocês que estão nessa área hoje, da cooperativa, pelo menos os que foram ouvidos até agora, não respitam nenhum critério para poder pleitear essa área. A realidade é essa.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Eu não tenho conhecimento em relação a esses números exatos. Não posso responder o que eu não tenho conhecimento.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quantos hectares é que a cooperativa pleiteia? 13 mil. Só a sua família é quase 7 mil? Complicado. Mas, presidente, eu encerro por aqui.

A Senhora **Rahiza Nattura Andrade Nogueira** – Sim.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Sem mais perguntas, eu solicito à senhora que assine o seu depoimento, aguarde para assinar. Qual é a próxima testemunha.

Solicito à secretária que conduza às dependências desta Casa, o senhor Rui Barbosa da Silva. Senhor Rui, o senhor poderia falar o seu nome completo, o CPF, para que a gente possa registrar?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Posso, sim. Rui Barbosa Silva, CPF 227047-521-68.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Informo à testemunha que o seu depoimento será registrado através de gravação de vídeo e áudio. Solicito à testemunha que preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade e o que lhe for perguntado.

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Ok.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Passo a palavra para o Relator deputado Renato Silva.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Senhor Rui Barbosa, o senhor pode explicar onde fica a sua área?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – O Projeto Rio Pretinho lá na Gleba do Pretinho.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Qual o tamanho da sua área?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – 1.015 hectares por aí aproximadamente.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quando foi que o senhor entrou nessa área?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – 2017.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E nessa sua área tem alguma produção, alguma benfeitoria?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Tem não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor não construiu nada na sua área?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Não.

O Senhor Relator **Renato Silva** -- Qual é a sua profissão?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Eu sou aposentado.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas quando o senhor trabalhava, o senhor trabalhava de quê?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Eu trabalhava no Incra.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor fazia o que no Incra?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Eu era funcionário do Incra. Ultimamente, de 2016 a 2019, me tornei executor aqui da unidade de Rorainópolis.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Ah, o senhor trabalhava no Incra e na unidade de Rorainópolis?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – É. Só 42 anos na unidade de Rorainópolis que eu fiquei.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Alguma vez na sua vida o senhor produziu alguma coisa, plantou ou cuidou de gado, piscicultura, algo do tipo?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Eu sou filho de agricultor. Nasci, criei, cuidei da roça. Tudo eu sei fazer é da roça.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas quando foi que o senhor trabalhou com isso? O senhor plantou uma coisa, de quem plantou? O senhor pode detalhar um pouco mais?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Posso, não aqui em Roraima. Mas eu plantei muito com o meu pai lá no Maranhão.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Maranhão?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – É.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E quando o senhor veio aqui para Roraima?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Eu tinha 24 anos. Eu vim no dia, 28 de setembro de 83.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, desde 83 o senhor não planta, não produz nada?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Não, eu sempre ajudava e auxiliava o meu pai ali, no lote dele na vicinal 14. Eu trabalhava no Incra, mas sempre estava lá com o meu pai.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E o seu pai plantava o que lá na vicinal 14?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Ele plantava arroz, plantava feijão, plantava milho, criava gado, criava galinha. Eu tenho um gadinho também aqui no lote da mulher que eu vivo com ela.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor tem um gadinho?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Tenho. Não é muito, mas tem. Não é a verdade para dizer.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor trabalhou no Incra, o senhor sabe os requisitos para poder pleitear uma área, né?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Sei, sei.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E o senhor sabe me dizer se solicitou alguma vistoria do Iteraima? Ou o Iteraima esteve alguma vez na sua área para fazer algum tipo de vistoria?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Não, ainda não. Olha, em 2017, quando eu fui para lá, só foi eu e o Valmir e mais um policial federal que foi fazer o levantamento na área lá. Nós fomos juntos de canoa, na época o rio estava cheio, antes de entrar. Aí, em 2017, entramos para lá e fomos fazer acesso, né? Tentamos fazer acesso. E aí, todos os nossos recursos eram no acesso. Porque é longe da cidade, longe do acesso, lá é ruim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quando foi que o senhor desmatou e construiu o acesso?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Em 2017.

O Senhor Relator **Renato Silva** – É, mas o que acabamos de ver na imagem de satélite que até 2022 não tinha nenhuma estrada de acesso.

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Tinha. Se olhar direitinho, tinha.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor fez a estrada de quantos quilômetros?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Eu andei muito tempo nela, de 2017, 2018, até 2019, com o carro do Incra lá dentro, tinha até no meio do Rio Pretinho, 25 quilômetros. Um arrastão.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E quantos quilômetros?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – 25.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor fez em 2017 uma estrada de 25 quilômetros?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – É, no final de 2017. Não é uma estrada, é um arrastão. E andei muito.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O que é um arrastão?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – É como se fosse um madeireiro e fizesse um buraco na estrada para puxar o madeireiro. Lá, como é lavrado, íamos só empurrando aquela bagaceira para tampar as covas de anjo e passava por cima. E aí chegava lá. Para podermos ter acesso. Mas ainda não terminou a estrada, está lá para a minha área... tem uns pedaços bom ainda.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tem quanto tempo que o senhor não vai lá?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Rapaz, tem mais de ano.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas se o senhor tem uma área de 1.500 hectares, tem mais de ano que o senhor não vai lá?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Esperando o acesso, irmão.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas o senhor já não fez o acesso?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Não, o acesso não chegou nela ainda não. Nós fizemos até na beira do Rio. Chegou nela ainda não, ainda tem chão.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E o Iteraima está fazendo vistoria desde segunda-feira na sua região. O senhor não ficou sabendo disso?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Fiquei sabendo pela cooperativa.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas o senhor não quis acompanhar essa vistoria?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Isso depende muito de recurso, a gente chega para lá, né? E aí eu tenho a mulher, só eu e a mulher morando no lote e ela não fica sozinha. E aí não precisou, porque a cooperativa tem um grupo e só vai comunicar os membros.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor está proibido de entrar na sua área?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Que eu saiba, não. Se eu tenho alguma proibição, até agora não me contaram.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Alguém invadiu a sua área, ou lhe ameaçou de alguma forma?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Não, que eu saiba, não. Claro, porque eu estou com mais de um ano que fui lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então o senhor está aqui hoje na CPI para pleitear o quê?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Não, eu vim para cá porque a cooperativa me convidou. Para vir e depor aqui sobre a área que tinha sobreposição lá, mas se é coisa que o engenheiro que descobriu isso e ele viu que está tentando resolver.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Entendi. Presidente, não tenho mais perguntas.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Com a palavra o deputado Neto Loureiro.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Boa tarde, seu Rui. Só para tirar uma dúvida, esses 1.500 hectares são seus ou o senhor está titularizando no seu nome para depois dividir com outras pessoas lá dentro?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Não, esse é meu. Já protocoléi no Iteraima.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Está bom então, obrigado. Só isso, seu Rui.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O senhor tem mais algo a falar?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Só se me perguntarem.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Veja só, o deputado Renato Silva está certo. A situação é muito difícil. O que estamos observando aqui é que vocês tentaram realmente ocupar uma área. Uma área do estado que na época era uma área devoluta. E obedecendo o marco temporal de 2017, vocês entraram. Mas não tiveram a condição financeira nem apoio do estado para abrir os ramais, as vicinais e os acessos necessários para fazer benfeitoria. Eu, na qualidade de presidente, vou falar a minha opinião, não vou falar do relator. É muito difícil para quem quer trabalhar com terra abrir ramal, abrir vicinal sem apoio do estado. Quanto mais chegar no lote e produzir alguma coisa. Mas a lei exige os requisitos mínimos. Vai depender muito da análise que o Iteraima vai fazer. Mas, a meu ver, o deputado Renato tem razão. Essa área pode ser arrecadada pelo estado e fazer um assentamento ou fazer um leilão. É algo que o estado pode fazer.

Não sei se o propósito da cooperativa nós vamos conseguir atingir. A não ser que vocês tenham realmente documentos, porque vocês podem não estar sabendo expressar o que realmente aconteceu. Mas, por tudo que está sendo dito, pelas imagens de satélite, não tem estrada de 2017 até 2025. Mas, o senhor falou que tem um picadão, né?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Tem, tem um ramal.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Que aí eu não sei se a imagem de satélite pega. Não estou dizendo que o senhor está mentindo, está bom? Longe de mim querer dizer isso. Mas, a imagem de satélite, ela só pega a estrada, tá? A estrada mesmo. O que a lei exige para que o senhor pleiteie o título é que o senhor tenha entrado na propriedade antes de 2017, até novembro de 2017, que você tenha a comprovação, se não entrou antes de 2017, que comprou de alguém numa cadeia dominial, comprovando que alguém tinha e passou, e desistiu e passou para você. Você tem que comprovar uma cultura efetiva, seja ela pecuária, agricultura, piscicultura, a exploração turística, extrativismo, tudo que falar de economia, observação de pássaro. Se o senhor levava a gente lá para observar pássaro, tucano, isso tudo é comprovado.

Mas, acima de tudo, entendemos a dificuldade que vocês têm em ocupar, mas o que dá a entender é o que tem acontecido em grande parte das investigações que nós estamos fazendo. São pessoas que se dizem proprietárias, que não produzem nada, mas que querem a valorização da terra com o objetivo de captar recursos, porque o senhor tem 1.500 hectares. 1.500 hectares é terra para o senhor trabalhar, para o senhor produzir. O senhor vai ter autorização por ser lavrado algo em torno de 60%, 65% para

explorar. Calcula aí, Neto? 60%, 900 hectares para o senhor plantar é muito caro.

Então, vamos ter que analisar muito bem a documentação e sugerir até mesmo uma análise mais criteriosa do Iteraima. Com relação à outra parte, o que chega de informação é que houve uma fraude na documentação dele. Isso tudo já está sendo analisado pela CPI. Infelizmente, eles se recusaram a receber a intimação e não serão ouvidos, mas não deixarão de sofrer as consequências do relatório. Mas, seu Rui, eu acho muito difícil que o senhor consiga o objetivo, a não ser que o advogado da cooperativa tenha informações documentais que depois o senhor pode encaminhar para analisarmos com calma, mas a situação é muito precária, tanto dos senhores e das senhoras que ocupam, como da outra parte. E tem um agravante do fracionamento, que também temos constatado isso, onde coloca-se nome de familiares por CPF, que o limite constitucional é 2.500 hectares.

Então, constatamos aqui mais de 5.000, 6.000 em uma família só, que é proibido por lei. Então, acho que o senhor não tem mais algo para falar?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Eu só quero dizer o seguinte, que na época que eu trabalhava, eu não podia colocar no meu nome.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Por quê?

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – A minha esposa tirou um terreno aqui na Vicinal 14, na época, eu não era casado com ela. Ela chegou até o título e o Incra tomou, porque eu me casei com ela. Até falei com a procuradora se eu não podia me casar com a agricultora, que eu era funcionário do Incra. Mas esse lote, essa terra lá, eu sabia disso aí, eu coloquei no nome de uma filha minha, porque eu não podia colocar. Mas aí, quando ele passou para o estado, eu disse, agora eu posso colocar no meu nome. Enquanto eu era do Incra, era aquela burocracia horrível, que o Incra era o gestor dessa terra da União, e ela era da União, e passou para o estado.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Eu preferiria nem ter ouvido isso que o senhor falou, porque o senhor só fez piorar a situação do senhor perante o seu advogado. Mas, está registrado em imagem e áudio, quando a lei proíbe, não se pode burlar a lei. Não se pode colocar em nome de A, de B, para burlar a lei. Se o senhor tivesse...

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – Não, mas a filha era de maior. Eu não podia escolher por ela.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Mas o senhor acabou de afirmar que fez isso porque não podia botar no seu nome.

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – É, porque eu era funcionário do Incra.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Pois é, então a iniciativa tinha que ser dela.

O Senhor **Rui Barbosa Silva** – É o que o senhor disse, que eu era funcionário do Incra, e a lei já está pegando aí.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Eu entendo. Senhor Rui, eu vou encerrar o seu depoimento, para o senhor não piorar o trabalho do seu advogado, que já vai ter bastante trabalho. Vossa Excelência quer falar? Só um minutinho. Deixe o seu advogado falar.

O Senhor Advogado **Eliabe Pereira** – O dele já encerrou.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Vá colhendo da assinatura dele enquanto advogado fala.

O Senhor Advogado **Eliabe Pereira** – Mas só para deixar mais conciso a ideia da cooperativa. Esse grupo de pessoas entrou nesse ano, em 2017, e todo o trabalho até chegarmos ao dia de hoje é realmente para facilitar o acesso. Investiram muito recurso próprio para fazer a abertura das estradas, e eles não alcançaram o objetivo final, que é a produção, exatamente por causa dessa dificuldade. Basicamente é isso que eles estão tentando relatar aqui. Eu sei que, por conta dessa dificuldade, realmente eles não conseguem fazer essa produção como eles gostariam. Mas a ideia da cooperativa, desde o início, é essa. Esses membros se juntaram, se organizaram, e desde lá gastam recursos próprios, e você sabe que não é um valor muito baixo para abrir essas estradas, esperando e sem querer também cometer qualquer tipo de crime, exatamente por isso não passaram a produzir efetivamente. Então, tentando respeitar a legislação, tentando se organizar e tentando, de certa forma, investir nessa área para poder, sim, fazer a produção, foi nesse sentido que eles se organizaram. E é nesse sentido que eles estão se manifestando agora.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Tudo bem, doutor, eu entendo. Eu acho que o senhor ouviu quando eu falei que eu entendo e sei da dificuldade que vocês estão passando. Mas tudo vai depender de documentação e é o Iteraima que vai dar a palavra final com relação a isso. Senhor Rui, obrigado aí. Eu sou contra a lei proibir isso, entendeu? Mas lei é lei, tem que obedecer.

Eu peço que traga até esta dependência o senhor Luan Augusto Piuco. Senhor Luan, o senhor poderia falar o seu nome completo e o seu CPF, por gentileza?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Olá, senhor presidente Jorge Everton e demais da comissão. Meu nome é Luan Augusto Piuco, meu CPF é 030.510.444.202.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – É Luan Augusto Piuco? Eu informo que seu depoimento será registrado por meio de gravação de vídeo e áudio. Solicito que o senhor preste compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no que lhe for perguntado.

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Eu confirmo que falarei a verdade.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Eu passo a palavra para o deputado relator, o deputado Renato Silva.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Luan, boa tarde. Me explica qual é a área que tu estás pleiteando, onde fica?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – A área que eu estou pleiteando é da Gleba Pretinho, que é a propriedade Bela Vista, que foi cedida para mim. Era uma área que era da minha irmã, Karine Piuco, que foi cedida, que, quando ela começou, foi desde o início do projeto da cooperativa, em 2017.

A área veio para o meu nome, que ela cedeu para mim por meio de documento, tudo certinho, que eu posso depois comparecer a todos esses documentos a vocês, e que em 2023, não lembro ao certo a data, mas foi pelo mês 8, que fizemos o desenho do mapa dentro da área dela, que foi passada a mim, a fazenda Bela Vista, hoje por nome Bela Vista.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Qual o tamanho da área?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Ela, após a divisão, primeiramente a área toda da minha irmã era de, se não me engano, 1.270 hectares. A minha parte, depois da divisão entre o consenso entre eu e ela, ficou em 839 hectares a minha, a fazenda Bela Vista.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, você tem uma área de 830 hectares?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Certo.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Você está pleiteando, e a tua irmã tem?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Ficou de 900 e alguma coisinha, após a divisão. Ela era uma área só, de 1.200 hectares, certo?

O Senhor Relator **Renato Silva** – Você ficou com 830?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – 830.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, nós temos aí quase 400, 370 hectares que ficaram para ela, é isso?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Não, ela tem 900. Somando 900 com meus 800, era a área total dela, está entendendo?

O Senhor Relator **Renato Silva** – Você falou 1.200.

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Era a área total dela, aí ela me cedeu uma parte. Não tem como 800 mais 900 não dá 1.200. Por isso que eu falei, se eu não me engano.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, tu tens 800 hectares hoje, e a tua irmã está aí, tua irmã?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Não, ela está em Santa Catarina.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas ela tem a área lá ainda?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Ela tem a área lá sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – A área dela é 900 hectares.

Qual o nome dela? Karine Piuco.

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Karine Piuco.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Karine?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Karine Nunes Piuco.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Há quanto tempo ela está em Santa Catarina, tua irmã?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – A minha irmã ela está... Acho que, salvo engano, tem 3 anos que ela foi para lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Ela nunca mais voltou para a Roraima?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Agora, não. Depois que ela assumiu o trabalho lá, não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Luan, qual é a tua profissão?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Eu sou produtor rural.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Produtor rural, o que você produz?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Eu, pecuarista.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Onde você faz isso?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Aqui na Vicinal 1, quilômetro 4, lote 20 e 22.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O lote é teu?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – É, mas não é meu no documento, é dos meus avós.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Ah, dos teus avós. Essa área, você a pleiteou em que ano?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Desde o início da cooperativa em 2017.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas você assumiu desde?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – 2023. Uma parte que ela me cedeu.

O Senhor Relator **Renato Silva** – 2023. Você produziu, plantou alguma coisa? Você criou, fizeste alguma benfeitoria nessa área? Ou a tua irmã fez, desde que ela entrou lá nessa área?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Até minha irmã, foi feita somente a estrada. Aí, após, chegou o inverno. Eu não consegui ter acesso à parte da minha área.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, a área que você pleiteia, você nunca... Não tem cerca, não tem propriedade, não tem nada?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Só tem as demarcações, só. Foi feito da picada. Da área dela. Eu não tive ainda como ter acesso à terra. A gente já lutou muito para tentar chegar lá. Só que aí é complicado devido à geografia do local. Aí, infelizmente, com a chuva, o trator não conseguiu mais produzir trabalho e não consegui ter acesso à minha terra.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Entendi. Você sabe os critérios para poder pleitear uma área do estado?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – No tempo, eu acompanhei. Um pouco do que o meu pai estava fazendo. O que a cooperativa fez em si, de ir lá no Iteraima. Os órgãos que têm a sua determinação de poder pleitear uma terra. Por lei, tudo legalzinho. Eu acompanhei isso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Você foi expulso dessa área? Você foi proibido de entrar nela? Você sofreu alguma ameaça sobre ela? Apareceu algum outro dono dessa área? Alguma coisa que tu possas relatar aqui?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – O que eu posso relatar é que teve duas sobreposições. Isso que o responsável técnico da nossa cooperativa lá me informou. Mas eu, pessoalmente, não sofri nenhum tipo de ameaça. Eu, Luan Augusto Piuco, não sofri. Mas o que tenham me relatado é que nosso rapaz que fica na guarita lá. O responsável por estar certificando a não entrada de outras pessoas na parte da gleba do Rio Pretinho, que sofreu algumas ameaças.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tem alguma cerca, sabe dizer, algum cadeado, algum portão que proíba a entrada de vocês nessa região? Uma porteira?

O Senhor **Luan Augusto Piuco** – Por parte de invasores, não. Mas o projeto em si tem uma porteira e uma guarita lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Não tenho mais perguntas, não, presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Bom, não havendo mais o que perguntar, eu dou por encerrado o depoimento do senhor Luan. E gostaria de perguntar ao relator, pelo que eu percebi aqui, todos os depoimentos estão vindo no mesmo sentido e não estão somando mais algo que traga importância a serem ouvidos. Eu gostaria de saber se o senhor mantém os interrogatórios restantes ou o senhor está satisfeito?

O Senhor Relator **Renato Silva** – Satisfeito, presidente. Por mim pode encerrar.

O Senhor **Eliabe Pereira** – Deputado, só um requerimento.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Eu vou já passar a palavra para o senhor. Eu solicito que o senhor Luan assine o termo de depoimento com a palavra o advogado.

O Senhor **Eliabe Pereira** – Há uma testemunha arrolada que eu acho interessante que seja ouvida.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Qual?

O Senhor **Eliabe Pereira** – Que é o Daniel. O Daniel é uma pessoa importante. E podemos encerrar com ele.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Por qual motivo, doutor?

O Senhor **Eliabe Pereira** – Essa invasão que ocorreu é, inclusive, na área que esse Daniel pleiteia. Então, a dificuldade do acesso à área dele, a cerca que criaram lá, embarraram a estrada, é exatamente a que dá acesso à fazenda dele.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Tudo bem. Vamos acatar o seu requerimento.

O Senhor **Eliabe Pereira** – Obrigado.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – E, após a assinatura, o senhor está dispensado, Luan. Solicito à secretária que conduza até o recinto o senhor Daniel Ferreira dos Santos.

Senhor Daniel, por favor, fale o seu nome completo e CPF, por gentileza.

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Boa tarde a todos. Daniel Ferreira dos Santos, CPF 000.352.522-86.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O senhor é o maior, se o senhor quiser levantar o microfone, fica melhor e aproximar. O senhor fica

mais confortável. Senhor Daniel, eu informo que o seu depoimento está sendo registrado por meio de gravação, vídeo e áudio. Solicito que o senhor preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no que for perguntado. O senhor precisa falar no microfone.

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Ok.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Quer deixá-lo fazer primeiro as colocações, já que o advogado solicitou? Eu peço que o senhor faça um breve relato dos fatos que lhe trouxeram aqui.

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Eu vim aqui para relatar o que aconteceu na propriedade que eu tenho. A gente tinha uma pequena benfeitoria, que era uma residência, uma casa de posse. E há dois meses ela foi derrubada por invasores. E agora, mês passado, ela foi queimada, o restante do material que sobrou lá da madeira e tal. E tem o conflito, tem a questão de que fizeram uma cerca com a porteira lá para dificultar a entrada na propriedade. Destruíram. É uma pequena roça lá que tinha coisas para alimentação diária, quando a gente vai visitar o local, a propriedade. E foi mais ou menos isso aí que aconteceu.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Com a palavra o deputado relator Renato Silva.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Daniel, onde fica essa área que está pleiteando?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Na gleba do Rio Pretinho.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Qual é o tamanho dessa área?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – É uma área de uns 2.127 hectares.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Qual é a tua profissão hoje, Daniel?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Servidor público, policial militar.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Policial militar. Alguma vez você foi produtor rural? Trabalhou em alguma área nesse sentido? Ou em piscicultura, ou em pecuária?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Sim. Antes de ser servidor público, já tinha experiência nessa área.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Você pode detalhar um pouco isso? Que ano? Como?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – É roças. Roça de feijão, milho.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor plantava?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Sim, macaxeira.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Em que ano?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Ano de 2010 até 2012, por aí. De 2012 para 2013, que foi quando eu cheguei.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Onde o senhor fazia isso?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Região aqui do Novo Paraíso, 432.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Daniel, essa área que o senhor está pleiteando, é uma área bem grande.

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quando foi que o senhor deu de entrada nela? O senhor entrou nessa propriedade?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Em 2019.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tinha alguém antes?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Sim, tinha.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quem?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – O Ivan José.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Aí ele vendeu para você?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Como foi isso?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Ele fez uma sessão de posse da área.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Te dando ela de graça?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Ele é seu parente? Seu amigo?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Aí ele decidiu que não queria mais e deu para você?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – É porque tivemos contato com essa área, tivemos contato com a cooperativa e tal, e acabamos adquirindo essa área.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Qual o nome dele?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Ivan José.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Esse Ivan não tem nenhuma propriedade lá?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Eu não sei informar nessa questão. Eu sei que nessa área o que aconteceu foi isso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Aí o senhor relatou que queimaram a casa que o senhor construiu. Como é que era? O senhor tinha uma propriedade construída lá? O senhor pode relatar detalhadamente?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Sim, eu tinha uma casa de madeira com assoalho para demonstrar que eu estou lá e tal. Uma benfeitoria, porque nessas áreas que vivemos, tem muitos invasores e precisamos marcar presença no local. Tinha roça, tinha umas coisas.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O que o senhor plantou lá?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Uns pés de abóboras, de macaxeira, essas coisas aí.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Aí o senhor vendia esses produtos que o senhor plantava?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – É mais para consumo, até para escoar da localidade, ainda a gente está com dificuldade, porque é do outro lado do rio, tem a questão da ponte que não está completa. Então não tem ainda essa viabilidade ainda.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E como é que foi isso? A pessoa chegou lá, queimou com o senhor dentro?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor não estava lá?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E como é que o senhor soube que queimaram?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Porque eu fui lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quando foi isso?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Mês passado.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mês passado o senhor esteve lá, aí estava tudo queimado. Aí fizeram uma cerca para o senhor não entrar na sua própria área, é isso?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – É, uma porteira lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor sabe quem foi que fez isso?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – O senhor Edson, Willian, Renato.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Eles, alguma vez falaram com o senhor pessoalmente, ou ligaram, ou entraram em contato? Eles lhe ameaçaram de alguma forma?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor nunca entrou em contato com eles?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Eles ameaçaram só o presidente da cooperativa. No modo geral, sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E hoje, o senhor foi lá e não encontrou com eles?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E quem está lhe impedindo de entrar lá?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Não, eles não estão me impedindo porque a propriedade é minha, eu vou entrar na hora que eu quiser.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então não tem ninguém lhe impedindo de entrar lá?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – É, mas está tendo esse conflito lá. Porque é um local de difícil acesso, quando um vai e o outro não está, e fica nesse empasse.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Tinha alguma corrente, algum portão, algum cadeado que impedia a sua entrada quando o senhor chegou lá?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Tem um portão lá.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Foi o senhor ou foi ele que construiu?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Foi ele que construiu.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Ele botou um portão lá, mas veja bem, a área é sua, ele queimou, e o senhor não estava lá. Aí ele construiu uma cerca com um portão?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Sim, uma pequena cerca. Em uma questão de dois dias ele construiu isso aí.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O senhor não estava lá nesses dois dias?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Presidente, não tenho mais nenhuma pergunta para fazer não. Estou satisfeito.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Como o advogado solicitou que o senhor fosse ouvido, eu pergunto se tem algum questionamento que o senhor gostaria de acrescentar.

O Senhor **Eliabe Pereira** – Não, deputado, somente isso.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Então, está bom.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Vou fazer só mais uma pergunta, presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Pois não.

O Senhor Relator **Renato Silva** – O Iteraima fez uma vistoria recente no local?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Foi solicitado pelo presidente da cooperativa.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas o senhor sabe se o Iteraima foi lá?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Eu creio que sim.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas o senhor não acompanhou a vistoria? Não é interesse do senhor acompanhar a vistoria da tua área?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – É porque o presidente da cooperativa fica à frente de todas essas demandas aí.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Está bom, só isso, presidente.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – O senhor tem mais algo a falar?

O Senhor **Daniel Ferreira dos Santos** – Não.

O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Não tendo mais nada para falar, dou por encerrado o depoimento do senhor Daniel. Peço que aguarde para assinar o depoimento.

Bom, não havendo mais necessidade de ouvir as testemunhas, acho que ficou clara aqui a palavra do relator.

Pergunto se há algum assunto para deliberação. Não havendo deliberação, pergunto à secretária se as intimações dos investigados, se houve certificação da recusa. Então, solicito que seja encaminhado ao relator para as providências legais.

Então, não haverá, deputado Renato, em virtude disso, ou vamos tentar mais uma vez? Então amanhã não será possível a realização das oitivas e eu fico à disposição do relator para novas diligências. Sem mais nada a tratar, eu dou por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos, em especial do presidente da Câmara dos Vereadores, que nos cedeu o espaço. Obrigado a todos e boa tarde.

**Deputado Jorge Everton**  
**Presidente**



**SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA**

 PODER LEGISLATIVO  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO: 2026 / BIMESTRE: MARÇO- ABRIL/2026

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais)1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)			(h)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>484.828.579,00</b>	<b>487.828.579,00</b>	<b>66.573.820,06</b>	<b>441.043.268,30</b>	<b>46.785.310,70</b>	<b>90.215.532,79</b>	<b>145.082.969,29</b>	<b>342.745.609,71</b>	<b>144.294.989,05</b>	-
Pessoal/Encargos Sociais	228.692.000,00	228.692.000,00	31.123,06	222.432.103,80	6.259.896,20	34.104.753,54	64.669.359,32	164.022.640,68	64.286.879,08	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	256.136.579,00	259.136.579,00	66.542.697,00	218.611.164,50	40.525.414,50	56.110.779,25	80.413.609,97	178.722.969,03	80.008.109,97	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.845.000,00</b>	<b>3.845.000,00</b>	-	-	<b>3.845.000,00</b>	-	-	<b>3.845.000,00</b>	-	-
Investimentos	3.737.000,00	3.737.000,00	-	-	3.737.000,00	-	-	3.737.000,00	-	-
Inversões Financeiras	108.000,00	108.000,00	-	-	108.000,00	-	-	108.000,00	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)</b>	<b>488.673.579,00</b>	<b>491.673.579,00</b>	<b>66.573.820,06</b>	<b>441.043.268,30</b>	<b>50.630.310,70</b>	<b>90.215.532,79</b>	<b>145.082.969,29</b>	<b>346.590.609,71</b>	<b>144.294.989,05</b>	-
<b>SUPERÁVIT (II)</b>				-			-		-	
<b>TOTAL (I) + (II)</b>	<b>488.673.579,00</b>	<b>491.673.579,00</b>	<b>66.573.820,06</b>	<b>441.043.268,30</b>	<b>50.630.310,70</b>	<b>90.215.532,79</b>	<b>145.082.969,29</b>	<b>346.590.609,71</b>	<b>144.294.989,05</b>	-

Fontes:THEMA e FIPLAN – Superintendência Financeira/Diretoria de Contabilidade/ALE; LOA - Lei nº 2.331/2026 de 11/02/2026. Crédito Suplementar Decreto nº 40.486-E de 22/04/2026.

 Orlando Vagno de Jesus Santos  
 Superintendente Geral

 Perla Cristina Nunes Perruci  
 Superintendente Financeira

 Flora Maria da Silva Coimbra  
 Controladora Geral ALE/RR

 PODER LEGISLATIVO  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO: 2026 / BIMESTRE: MARÇO- ABRIL/2026

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais)1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)			(h)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>484.828.579,00</b>	<b>487.828.579,00</b>	<b>66.573.820,06</b>	<b>441.043.268,30</b>	<b>46.785.310,70</b>	<b>90.215.532,79</b>	<b>145.082.969,29</b>	<b>342.745.609,71</b>	<b>144.294.989,05</b>	-
Pessoal/Encargos Sociais	228.692.000,00	228.692.000,00	31.123,06	222.432.103,80	6.259.896,20	34.104.753,54	64.669.359,32	164.022.640,68	64.286.879,08	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	256.136.579,00	259.136.579,00	66.542.697,00	218.611.164,50	40.525.414,50	56.110.779,25	80.413.609,97	178.722.969,03	80.008.109,97	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.845.000,00</b>	<b>3.845.000,00</b>	-	-	<b>3.845.000,00</b>	-	-	<b>3.845.000,00</b>	-	-
Investimentos	3.737.000,00	3.737.000,00	-	-	3.737.000,00	-	-	3.737.000,00	-	-
Inversões Financeiras	108.000,00	108.000,00	-	-	108.000,00	-	-	108.000,00	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)</b>	<b>488.673.579,00</b>	<b>491.673.579,00</b>	<b>66.573.820,06</b>	<b>441.043.268,30</b>	<b>50.630.310,70</b>	<b>90.215.532,79</b>	<b>145.082.969,29</b>	<b>346.590.609,71</b>	<b>144.294.989,05</b>	-
<b>SUPERÁVIT (II)</b>				-			-		-	
<b>TOTAL (I) + (II)</b>	<b>488.673.579,00</b>	<b>491.673.579,00</b>	<b>66.573.820,06</b>	<b>441.043.268,30</b>	<b>50.630.310,70</b>	<b>90.215.532,79</b>	<b>145.082.969,29</b>	<b>346.590.609,71</b>	<b>144.294.989,05</b>	-

Fontes:THEMA e FIPLAN – Superintendência Financeira/Diretoria de Contabilidade/ALE; LOA - Lei nº 2.331/2026 de 11/02/2026. Crédito Suplementar Decreto nº 40.486-E de 22/04/2026.

 Orlando Vagno de Jesus Santos  
 Superintendente Geral

 Perla Cristina Nunes Perruci  
 Superintendente Financeira

 Flora Maria da Silva Coimbra  
 Controladora Geral ALE/RR

**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO: 2026 / BIMESTRE: MARÇO- ABRIL/2026**

RREO - Anexo II (LRF, Art.52, inciso II, alínea 'c')

R\$ (reais)1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO e = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO e = (a-d)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b / total de b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d / total de d)		
LEGISLATIVA	488.673.579,00	491.673.579,00	66.573.820,06	441.043.268,30	100,00	50.630.310,70	90.215.532,79	145.082.969,29	100,00	346.590.609,71	-
Ação Legislativa	488.673.579,00	491.673.579,00	66.573.820,06	441.043.268,30	100,00	50.630.310,70	90.215.532,79	145.082.969,29	100,00	346.590.609,71	-
TOTAL	488.673.579,00	491.673.579,00	66.573.820,06	441.043.268,30	100,00	50.630.310,70	90.215.532,79	145.082.969,29	100,00	346.590.609,71	-

Fontes:THEMA e FIPLAN – Superintendência Financeira/Diretoria de Contabilidade/ALE; LOA - Lei nº 2.331/2026 de 11/02/2026. Crédito Suplementar Decreto nº 40.486-E de 22/04/2026.

Orlando Vagno de Jesus Santos  
Superintendente Geral

Perla Cristina Nunes Perruci  
Superintendente Financeira

Flora Maria da Silva Coimbra  
Controladora Geral ALE/RR

**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO: 2026 / BIMESTRE: MARÇO- ABRIL/2026**

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais)1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)	
RECEITAS CORRENTES	480.771,00	480.771,00	657.537,47	136,77	735.119,86	152,90	-	254.348,86
Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Patrimoniais	480.771,00	480.771,00	82.035,47	17,06	159.617,86	33,20	-	321.153,14
Receita de Serviços	-	-	575.502,00	-	575.502,00	-	-	575.502,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	480.771,00	480.771,00	657.537,47	136,77	735.119,86	152,90	-	254.348,86
DÉFICIT (II)								
TOTAL (I) + (II)	480.771,00	480.771,00	657.537,47	136,77	735.119,86	152,90	-	254.348,86

Fontes:THEMA e FIPLAN – Superintendência Financeira/Diretoria de Contabilidade/ALE; LOA - Lei nº 2.331/2026 de 11/02/2026.

Orlando Vagno de Jesus Santos  
Superintendente Geral

Perla Cristina Nunes Perruci  
Superintendente Financeira

Flora Maria da Silva Coimbra  
Controladora Geral ALE/RR

**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO: 2026 / BIMESTRE: MARÇO- ABRIL/2026**

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais)1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)			(h)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>399.191,00</b>	<b>399.191,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>271.700,00</b>	<b>96.382,39</b>	<b>96.382,39</b>	<b>302.808,61</b>	<b>96.382,39</b>	<b>-</b>
Pessoal/Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	399.191,00	399.191,00	127.491,00	127.491,00	271.700,00	96.382,39	96.382,39	302.808,61	96.382,39	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>81.580,00</b>	<b>81.580,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>81.580,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>81.580,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	81.580,00	81.580,00	-	-	81.580,00	-	-	81.580,00	-	-
Obras e Instalações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento e Material Permanente	81.580,00	81.580,00	-	-	81.580,00	-	-	81.580,00	-	-
Despesas de Exercício Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)</b>	<b>480.771,00</b>	<b>480.771,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>353.280,00</b>	<b>96.382,39</b>	<b>96.382,39</b>	<b>384.388,61</b>	<b>96.382,39</b>	<b>-</b>
<b>SUPERÁVIT (II)</b>				607.628,86			638.737,47		638.737,47	
<b>TOTAL (I) + (II)</b>	<b>480.771,00</b>	<b>480.771,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>735.119,86</b>	<b>353.280,00</b>	<b>96.382,39</b>	<b>735.119,86</b>	<b>384.388,61</b>	<b>735.119,86</b>	<b>-</b>

Fontes:THEMA e FIPLAN – Superintendência Financeira/Diretoria de Contabilidade/ALE; LOA - Lei nº 2.331/2026 de 11/02/2026.

**Orlando Vagno de Jesus Santos**  
Superintendente Geral

**Perla Cristina Nunes Perruci**  
Superintendente Financeira

**Flora Maria da Silva Coimbra**  
Controladora Geral ALE/RR

**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO: 2026 / BIMESTRE: MARÇO- ABRIL/2026**

RREO - Anexo II (LRF, Art.52, inciso II, alínea 'c')

R\$ (reais)1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO c = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO e = (a-d)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b / total de b)		No Bimestre	Até o Bimestre	% (d / total de d)		
				(b)				(d)			
<b>LEGISLATIVA</b>	<b>480.771,00</b>	<b>480.771,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>100,00</b>	<b>353.280,00</b>	<b>96.382,39</b>	<b>96.382,39</b>	<b>100,00</b>	<b>384.388,61</b>	<b>-</b>
Ação Legislativa	480.771,00	480.771,00	127.491,00	127.491,00	100,00	353.280,00	96.382,39	96.382,39	100,00	384.388,61	-
<b>TOTAL</b>	<b>480.771,00</b>	<b>480.771,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>127.491,00</b>	<b>100,00</b>	<b>353.280,00</b>	<b>96.382,39</b>	<b>96.382,39</b>	<b>100,00</b>	<b>384.388,61</b>	<b>-</b>

Fontes:THEMA e FIPLAN – Superintendência Financeira/Diretoria de Contabilidade/ALE; LOA - Lei nº 2.331/2026 de 11/02/2026.

**Orlando Vagno de Jesus Santos**  
Superintendente Geral

**Perla Cristina Nunes Perruci**  
Superintendente Financeira

**Flora Maria da Silva Coimbra**  
Controladora Geral ALE/RR

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## RESOLUÇÃO Nº 6773/2026-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

## RESOLVE,

**Art. 1º** Conceder férias ao(a) servidor(a) ROUYSE GOVEIA DO CARMO SILVA, matrícula nº 27454, para usufruto no período de 25/05/2026 a 03/06/2026, referente ao exercício de 2024.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a contar de 25/05/2026.

Palácio Antônio Martins, 26 de maio de 2026.

**CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

## RESOLUÇÃO Nº 6774/2026-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

## RESOLVE,

**Art. 1º** Conceder férias ao(a) servidor(a) YGOR CRISTIANO VIANA COSTA ROSA, matrícula nº 34779, para usufruto no período de 25/05/2026 a 23/06/2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a contar de 25/05/2026.

Palácio Antônio Martins, 26 de maio de 2026.

**CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362



## SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

## AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO “SINE DIE”

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 (SRP)

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 101/2025

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo e parcelado, sob demanda, de água mineral natural sem gás, gelo do tipo cubo e escama, gás liquefeito de petróleo – GLP, café e açúcar, destinados ao atendimento das necessidades permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, compreendendo sua sede, anexos, unidades administrativas e programas institucionais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, por intermédio da Superintendência de Compras, comunica aos interessados que a sessão pública para realização do procedimento licitatório em epígrafe fica adiado “*Sine-Die*”.

Nova data para a sessão pública de abertura desta licitação será oportunamente comunicada mediante publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Jornal de Grande Circulação Regional e divulgação no site: <https://scp.al.rr.leg.br/>

Boa Vista, 26 de maio de 2026.

**Josiane dos Santos Moraes**

Superintendente de Compras

Matrícula nº 36.495

Resolução Nº 6682/2026 – SGP

